

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A LUTA POR JUSTIÇA SOCIAL NO CAMPO

DE PAULA, Valdete Padilha Batista¹

RU: 40346

RODRIGUES, Maria Emília²

RESUMO

O trabalho se propôs a abordar a temática dos movimentos sociais, especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de modo que viesse a contribuir na mudança do senso comum em relação ao mesmo, superando a visão passada pela mídia que criminaliza esses movimentos mostrando os seus integrantes como "bandidos" e "baderneiros". Assim buscou-se mostrar a realidade do movimento trazendo de forma resumida a modernização da agricultura e agravamento da questão agrária no Brasil, a atuação dos movimentos sociais e principalmente do MST, sua trajetória histórica e a luta por justiça social no meio rural brasileiro. Com isso espera-se colaborar para o debate sobre a injustiça social no campo, identificando a atuação dos movimentos sociais como exemplo de cidadania e democracia. A presente pesquisa foi de natureza bibliográfica e pesquisa de campo com visitas a assentamentos. Utilizou-se também dados de assentamentos rurais que apresentam as ações do movimento sendo concretizado na prática com as conquistas das famílias assentadas, na produção, organização e comercialização dos alimentos. Conclui-se que a reforma agrária é eficiente e que o MST é o grande responsável por essas conquistas.

Palavras-chave: Movimento social. Reforma Agrária. Justiça. Assentamento.

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre movimentos sociais não é algo fácil, ainda mais se tratando do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, visto que existe muito preconceito pela população por essas organizações. Fato esse que é reforçado pela mídia que passa uma imagem distorcida dos mesmos, para a sociedade, ocultando assim, sua verdadeira causa e luta, criminalizando os mesmos. Porém não se pode culpar a população em geral, pelo preconceito, visto que essa visão distorcida é reforçada pela mídia com a intenção clara de prejudicar a imagem dessas organizações.

Entre os jovens não é diferente, pois nas escolas quando se trabalha o tema em sala de aula, logo se houve palavras ofensivas a esses movimentos.

¹ Aluno do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 05 - 2018.

² Professora Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER.

Então percebe-se que há um enorme preconceito e discriminação de boa parte da sociedade pelos movimentos sociais, entre eles, o mais conhecido que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Diante dessa problemática, optou-se por desenvolver o presente trabalho com esse tema, a fim de se aprofundar mais sobre o assunto, e também para que sirva de apoio para os professores, visando mostrar o outro lado dos movimentos sociais, ocultado pela mídia hegemônica. O objetivo é o de colaborar para a desconstrução do senso comum em relação ao movimento, levando a compreensão da atuação como exercício de cidadania e democracia na construção de uma sociedade mais justa.

Trata-se de um trabalho de natureza bibliográfica acerca da temática dos movimentos sociais, visando alcançar os objetivos propostos. Assim, a pesquisa foi realizada por meio de leitura de materiais diversos sobre o tema, como livros, artigos, fontes eletrônicas, documentários, vídeos, jornais que abordem o tema proposto.

É um trabalho de cunho qualitativo, de caráter histórico-bibliográfico que será fundamentado em autores de comprovada autoridade e relevância acerca da temática relacionada aos movimentos sociais. A fim de abordar a relevância dos mesmos, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o artigo resgata também seu surgimento, num primeiro momento a trajetória histórica da modernização da agricultura no Brasil e seus impactos socioeconômicos, principalmente para os pequenos agricultores, baseado em autores como José Graziano da Silva e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

No segundo momento, abordará o conceito de Movimentos Sociais e a trajetória histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, baseado em Antony Giddens, Fernando Portela, Bernardo Mançano Fernandes e Roseli Salete Caldart.

No terceiro e último tema será analisado os resultados da atuação do MST, discorrendo a realidade pesquisada sobre alguns assentamentos rurais, sua estrutura, organização e produção, através de fontes coletadas em documentários, vídeos, livros, artigos, jornais e visitas já realizadas aos mesmos, como no Assentamento 8 de Junho em Laranjeiras do Sul, Paraná.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E A LUTA POR JUSTIÇA SOCIAL NO CAMPO, O CASO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRAS (MST)

2.1 A modernização da agricultura no Brasil e suas consequências socioeconômicas para a população do campo

A modernização da agricultura que se implantou no Brasil provocou grandes mudanças tecnológicas e socioeconômicas. Para Oliveira (1987), o processo de industrialização introduzido no campo trouxe profundas mudanças nas relações de produção na agricultura e redefiniu toda a estrutura socioeconômica e política no campo.

Adotada na década de 1950, a modernização da agricultura mudou completamente o cenário agropecuário brasileiro. Com a introdução intensiva de tecnologias modernas e insumos na agropecuária, a produção aumentou num ritmo considerável, em pouco tempo. Se por um lado, a modernização da agricultura aumentou a produção agropecuária em menor tempo e melhorou as condições de enfrentamento dos fatores naturais pelos produtores, por outro causou impactos socioeconômicos e ambientais, agravando ainda mais a questão agrária, pelo modo como se expandiram as relações capitalistas no campo.

Como afirma Silva,

O desenvolvimento do capitalismo no campo, na medida em que incorporou máquinas, fertilizantes e outros insumos modernos, modificou profundamente a base técnica de produção de algumas regiões do Brasil, especialmente a Centro-Sul. O resultado foi uma alteração nas relações de trabalho existentes no campo, traduzidas na disseminação do assalariamento temporário por todo o país e tipos de propriedade (SILVA, 1980, p. 87).

Esse fato acentuou as desigualdades sociais e resultou na concentração da propriedade da terra, conforme demonstram os gráficos 1 e 2.

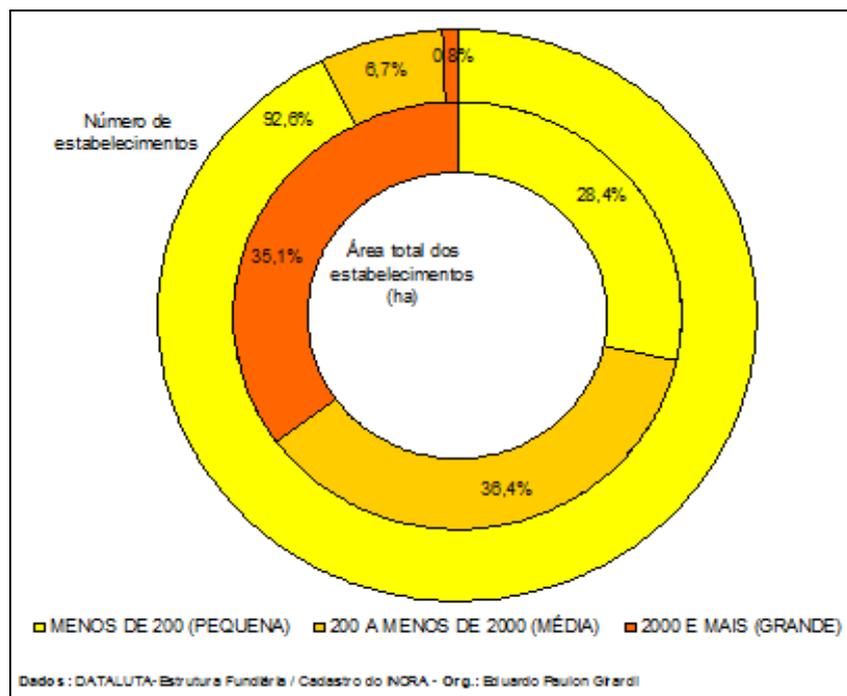


Gráfico 1 - Estrutura fundiária brasileira em 2003.
Fonte: GIRARDI, 2008.

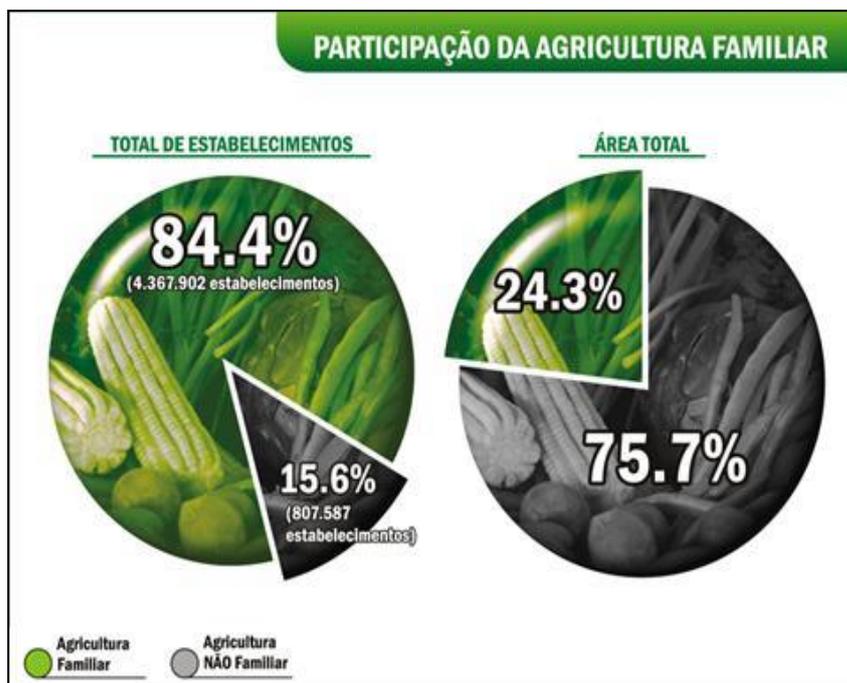


Gráfico 2 - Participação dos Estabelecimentos familiares na estrutura fundiária brasileira
Fonte: MDA, Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006.

Como se pode observar no gráfico 01,

Em 2003 os imóveis pequenos (menos de 200 ha) representavam 92,56% do número total de imóveis e apenas 28,42% da área total, perfazendo uma área média de 30 ha. Ao contrário, os imóveis médios e grandes (200 ha e

mais) correspondiam a 7,44% dos imóveis e 71,57% da área total, resultando em uma área média de 938 ha. (GIRARDI, 2008, p. 04)

O gráfico 2, reforça o que revela o gráfico 1, mostrando claramente que a concentração fundiária ainda é realidade no Brasil.

Os dados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha e a dos não familiares, de 309,18 ha. (MDA, Censo Agropecuário, 2006, p. 3)

No Estado do Paraná e região a realidade da concentração fundiária, também é grande. As micro e pequenas propriedades são predominantes no Estado do Paraná e região, se levados em conta o total de famílias. Entretanto a área ocupada por essas propriedades é muito inferior se comparadas a grande propriedade, como mostram os quadros 1 e 2 a seguir:

Unidade da federação	Agricultura familiar – Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Paraná	302 907	4 249 882	68 144	11 036 652

Quadro 1: Estabelecimentos e área da agricultura familiar no Paraná

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006. (Adaptação)

No quadro 1, o número de estabelecimentos familiares é de 302.907, ocupando uma área de 4.249.882, enquanto, somente 68.144 estabelecimentos não familiares, ocupam uma área total de 11.036.652, ou seja, uma área mais que o dobro da área ocupada pela agricultura familiar para um número de famílias aproximadamente quatro vezes menor.

Município	Até 05 ha		05 a 20 ha		20 a 50 ha		50 a 100 ha		Mais de 100 ha		Total de famílias
	Famílias	%	Famílias	%	Famílias	%	Famílias	%	Famílias	%	
Altamira do Paraná	842	53,8	490	31,3	138	8,8	36	2,3	60	3,8	1.566
Boa Ventura do São Roque	285	24,1	454	38,4	245	20,7	88	7,5	109	9,2	1.181
Campina do Simão	511	54,1	237	25,1	95	10,1	35	3,7	67	7,1	945
Cândido de Abreu	1.012	30,1	1.181	35,2	669	19,9	225	6,7	272	8,1	3.359
Iretama	309	21,9	666	47,2	252	17,9	75	5,3	109	7,7	1.411
Laranjal	327	28,8	502	44,2	166	14,6	53	4,7	88	7,8	1.136
Manoel Ribas	220	15,6	571	40,5	442	31,3	104	7,4	74	5,2	1.411
Mato Rico	239	25,0	407	42,6	178	18,6	74	7,7	58	6,1	956
Nova Cantu	190	16,9	534	47,6	234	20,9	70	6,2	93	8,3	1.121
Nova Tebas	669	35,6	827	44,0	217	11,6	68	3,6	97	5,2	1.878
Palmital	619	29,6	802	38,4	384	18,4	134	6,4	151	7,2	2.090
Pitanga	994	23,8	1.724	41,3	850	20,4	322	7,7	283	6,8	4.173
Rio Branco do Ivaí	240	30,0	280	35,0	160	20,0	56	7,0	64	8,0	800
Roncador	304	20,1	710	46,9	279	18,4	103	6,8	118	7,8	1.514
Rosário do Ivaí	199	18,2	552	50,5	233	21,3	44	4,0	64	5,9	1.092
Santa Maria do Oeste	709	28,4	1.026	41,1	444	17,8	166	6,7	151	6,1	2.496
Turvo	453	31,6	496	34,6	250	17,4	108	7,5	128	8,9	1.435
Território Paraná Centro	8.122	28,4	11.459	40,1	5.236	18,3	1.761	6,2	1.986	7,0	28.564

Quadro 2: Estrutura agrária conforme o total de famílias no território Paraná Centro
Fonte: IBGE/PTDRS – Paraná Centro, 2006.

Já o quadro 2 mostra o grande número de micro proprietários na região central do Paraná, onde será desenvolvido o projeto, somando 68% até 20 ha, ou seja, menos que um módulo fiscal, que é de 20 ha para a região em questão.

Os gráficos e quadros apresentados mostram claramente que a concentração fundiária é uma realidade em todo o país, o que levou e tem levado aos sérios problemas enfrentados pelos agricultores familiares.

Esse modelo de modernização agrícola implantado, seguindo os moldes capitalistas, beneficiou apenas um determinado grupo de produtores e alguns produtos, fortalecendo a monocultura, ou seja, o cultivo de um só produto em grandes extensões de terras. Isso tornou o campo industrializado, abrindo um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos modernos.

Em meio a todo esse processo, o que ocorre muitas vezes é o endividamento do pequeno produtor, levando-o a ter que vender a sua propriedade e ir para as cidades, contribuindo para o aumento do fenômeno conhecido como êxodo rural, que ocorre quando as pessoas são forçadas a se evadir do campo para as cidades, buscando melhores condições de vida. Silva afirma que com todo esse processo de modernização, “são expulsas do campo, a cada ano que passa, milhares de famílias, que não têm para onde se dirigir a não ser às favelas das periferias das cidades” (SILVA, 1980, p. 104).

Todo esse processo de modernização da agricultura com a elevação da

concentração fundiária, o endividamento de muitos agricultores, a subordinação dos mesmos aos interesses do capital, a liberação de mão-de-obra no campo, dentre outros fatores, dispersou milhares de agricultores em busca de novos espaços, contribuindo com o inchamento das cidades. Assim, o processo de modernização da agricultura que se implantou no país, contribuiu para a decadência de um grande número de agricultores, levando-os à favelização nas periferias dos grandes centros urbanos, aumentou a pobreza no campo o que contribuiu para o aumento da violência, da criminalidade e da degradação ambiental (VEIGA, 2000 *apud* BALSAN 2006).

Frente a todos os problemas sociais existentes na atualidade e a questão agrária ainda mais afetada pela modernização agrícola no país, com a concentração da terra muito acentuada, a subordinação do campo ao mercado financeiro e à indústria, e o crescente êxodo rural que agravam ainda mais os problemas urbanos, é que surgem organizações lutando por melhorias para as populações menos favorecidas.

2.2 Movimentos sociais e a luta por justiça social, o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Na história contemporânea há diversos exemplos de formas de organizações coletivas, reivindicando as mais diferentes coisas ou ações caracterizando o que é um movimento social.

De acordo com FRANZEN (2005, p. 11), “o movimento social é uma organização da sociedade civil, que se mobiliza, se organiza em torno de uma bandeira, na defesa de uma causa”. Os movimentos sociais geralmente possuem objetivos comuns a serem alcançados e passam a desenvolver ações conjuntas para realizá-los. Esses grupos surgem buscando modificar a realidade, transformar uma situação, ou ainda o retorno a uma situação anterior, na qual os indivíduos entendem que havia uma melhor condição para suas vidas (PILÃO, 2006).

Todo movimento possui uma reivindicação particular. É essa reivindicação, geralmente das populações pobres e da classe média-baixa, que são a base dos movimentos populares. “Os movimentos sociais geralmente surgem com o objetivo de provocar mudanças em uma questão pública, como a expansão dos direitos civis para um segmento da população” (GIDDENS, 2005, p. 357).

Existem movimentos sociais de todos os moldes e tamanhos, contando com poucas ou milhares de pessoas. Alguns operam dentro da lei, outros de forma ilegal, porém é típico esses movimentos atuarem às margens do que é definido como legalmente admissível pelos governantes de um local ou uma época (GIDDENS, 2005).

Entre os movimentos sociais, um dos mais conhecidos no Brasil e que luta em prol da população do campo é o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) cuja causa é a concretização da Reforma Agrária no país. “Denomina-se Reforma Agrária um conjunto de medidas políticas adotadas para se reformular a estrutura fundiária de um país, isto é, para se redistribuir de modo mais equilibrado as terras agrícolas entre os proprietários” (PORTELA, 1998, p. 11).

O processo de modernização da agricultura brasileira, transformou totalmente as relações de trabalho no campo. Com a industrialização do setor agrícola surgem os Complexos Agroindustriais e, como consequência disso, verifica-se o agravamento da situação de miséria, êxodo rural e aumento da concentração fundiária no Brasil.

Dessa forma, a bandeira da reforma agrária tem sido empunhada por grande parte dos trabalhadores rurais e suas entidades representativas. A força com que eles lutam, mostra claramente a ineficiência histórica do poder público na resolução da questão agrária no país.

Diante desse grave quadro existente, onde os problemas sociais no campo brasileiro são imensos, torna-se importante a luta dos movimentos sociais na busca de mudanças na estrutura socioeconômica do país. A realização de uma reforma agrária eficiente surge como uma das alternativas para resolver grande parte dos problemas socioeconômicos do Brasil, pois ela representa a questão da justiça social no campo. Ela restabelece a democracia com a participação do campesinato, além de minimizar os conflitos no campo pela posse da terra. (BALDUÍNO, 2006).

Infelizmente os movimentos sociais não são bem vistos aos olhos de grande parte da população brasileira, ideologicamente orientada, pois “os grandes meios de comunicação apoiados por certas elites econômicas que não querem mudança, geralmente apresentam os movimentos sociais como desordeiros” (FRANZEN, 2005, p. 11).

Então existe um projeto de criminalização dos movimentos sociais por parte da mídia brasileira, cuja construção pejorativa da imagem de "baderneiros" e

"destruidores", faz a população crer que os movimentos sociais são constituídos por aproveitadores e criminosos. Quando na verdade eles efetivamente lutam contra uma lógica de exclusão, de empobrecimento da população, uma ordem econômica que não promove a distribuição de renda, ou uma economia distributiva, que faz com que muitos fiquem sem moradia, sendo, na prática um instrumento de construção da cidadania.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) surgiu da articulação das lutas pela terra em nosso país, retomadas a partir da década de 1970, principalmente na região centro-sul do Brasil. Assim o MST nasceu entre os anos de 1979 a 1984, tendo sua criação formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, ocorrido de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel no Paraná, que reuniu 12 estados onde já ocorriam ocupações de terras (CALDART, 2004).

Em 1984 os trabalhadores rurais foram protagonistas da luta pela democracia da terra, que se concretizou no encontro nacional mencionado acima. Ali foi o momento de fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais, que são: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país¹.

O fato que levou os trabalhadores rurais a resistir e lutar, fundando o movimento foi a situação econômica e social pela qual passavam decorrentes das transformações que a agricultura brasileira atravessou na década de 1970, também chamada de modernização conservadora (CALDART, 2004). Como já mencionado acima, essa modernização do campo trouxe sérias consequências socioeconômicas para os pequenos trabalhadores rurais, onde muitos foram praticamente expulsos do campo, tendo assim que integrar programas de colonização e se dirigir para os grandes centros urbanos.

Toda essa situação e a ausência de alternativas levaram grande massa da população atingida pela expropriação da terra a lutar por ela em seu próprio local de moradia. "Assim se constituiu a base social que gerou ou que permitiu o nascimento do MST: do aumento brusco da concentração da propriedade de terra e do número de trabalhadores rurais sem-terra [...]" (CALDART, p. 104, 2004).

¹ SURGE O MST. Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>, acesso dia 18/05/2018, acesso dia 18/05/2018.

O MST é um movimento social de fundamental importância para realizar justiça social no campo e por isso que incomoda tanto os poderosos, a elite e os governantes do país, pois "as elites brasileiras tentam trabalhar como incompatível com a índole pacífica do povo brasileiro, a ocupação do latifúndio [...]" (CALDART, p. 27, 2004). Dessa forma,

Esse movimento incomoda não somente porque traz de volta ao cenário político a questão agrária, que é problema secular no Brasil. A impressão é de que o seu próprio jeito de ser é o que incomoda mais: suas ações, mas principalmente, os personagens que faz entrar em cena, e os valores que esses personagens encarnam e expressam em suas ações, sua postura e sua identidade, que podem, aos poucos, espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas (CALDART, p. 27, 2004).

O movimento também é referência para o mundo no combate ao modelo capitalista atual. Como afirma o antropólogo e político Darcy Ribeiro "o Movimento Sem Terra é uma das coisas mais importantes que já aconteceram no Brasil. E muitos de nós guardamos no coração uma grande esperança neles, para abrigar o Brasil e levar a questão agrária a sério" (RIBEIRO apud Caldart, 2004, p. 50).

Olhando para o MST desde a sua criação como movimento político e sociocultural, pode-se identificar três momentos distintos, que são: "a articulação nacional da luta pela terra"; a "constituição do MST como uma organização social dentro de um movimento de massas" e por último "inserção do MST na luta por um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil" (CALDART, p. 116-141, 2004)

A luta dos integrantes, é constante, mesmo conquistando a terra não deixam de ser "sem terra" que virou nome símbolo de luta.

Ser sem terra hoje é bem mais do que ser um trabalhador ou uma trabalhadora que não tem terra, ou mesmo que luta por ela; Sem terra virou nome simbólico, referência de luta, de organização, de ética, de cidadania, e até irreverência cultural que altera normas da gramática pela forma do uso social de uma expressão que se tornou nome próprio, mas em uma identidade que transcende a si mesma (CALDART, p. 327, 2004).

Ser *sem terra*, dessa forma é ser um lutador permanente e o MST uma organização duradoura. Assim os integrantes desse movimento combinam duas lições importantes, primeiro de que "a luta não acaba com a conquista da terra" e segunda de que "a luta também não termina enquanto existirem famílias sem-terra", o que mostra a formação do valor da solidariedade de classes. E nessa luta não está

em jogo somente a conquista da terra, visto que "os sem terra não querem apenas a terra, mas também o direito de cidadania plena" (CALDART, p. 141;147, 2004).

Os integrantes possuem a sua identidade, tanto pela denominação quanto pelos seus símbolos, como o boné vermelho, a bandeira e o hino, que trazem consigo as cores (vermelho, branco, preto e verde), representando o símbolo do sangue que corre nas veias e a disposição de lutar, a paz que será conquistada com a justiça social, o luto e a homenagem aqueles que perderam a vida nessa luta pela terra e a esperança na construção de uma sociedade melhor sem latifúndios.

As ocupações de terras feitas pelo MST são sua marca: " a ação de ocupar uma terra representa, para o trabalhador ou trabalhadora rural que não tem terra o momento de reação contra essa condição social a sua saída do anonimato" (CALDART, p. 167, 2004). E foi com essas ações de ocupação de terras improdutivas para fins de reforma agrária que se concretizou na prática na realização de assentamentos, pois "se os sem-terras não ocupam, o governo não faz nada" (CALDART, p. 27, 2004).

Faz-se necessário, assim a pressão exercida pelo MST para se efetivar a justiça social no campo brasileiro, através das ocupações de terras improdutivas e irregulares a fim de pressionar o governo para que se realize o que diz o Art.: 184 da constituição federal brasileira:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 2010)

Como se pode ver compete ao governo fazer a reforma agrária, porém se o movimento social não pressiona, ela não acontece, daí a importância dessa luta para que se conquiste o que já está na lei. E foram muitas as conquistas do MST ao longo desses anos de lutas, desde a sua criação fundando muitos acampamentos e assentamentos, atendendo muitas famílias que passaram a ter o direito à terra preservado.

De acordo com o site do MST, ele está organizado em 24 estados e nas cinco regiões do Brasil, atendendo atualmente a um total de 350 mil famílias que já conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais.

E mesmo depois de assentadas as famílias permanecem organizadas no movimento, pois a conquista é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária.

2.3 Resultados alcançados pela atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras - MST

Foram identificados e analisados vários assentamentos rurais, que segundo Fernandes "do ponto de vista dos movimentos sociais que fazem a luta pela terra, um assentamento é sinônimo de terra conquistada" (FERNANDES, *apud* CALDART 2004, p. 185). E uma das características dos assentamentos ligados ao MST " é sua preocupação com a organização da produção [...] e a organização da vida no assentamento como um todo, relacionada à própria estratégia de luta mais ampla do Movimento" (CALDART, 2004, p. 187).

O assentamento é um processo de transição, transformação, de organização do território e do espaço agrário, onde o latifúndio se transforma em um espaço onde passam a viver muitas famílias, unidas entre si, nos mais diversos tipos e tamanhos de assentamentos, cada um organizado a seu modo, uns utilizando a terra de forma coletiva, outros de forma individual (CALDART, 2004).

Através dos resultados obtidos pelas pesquisas feitas de alguns assentamentos rurais do MST e de conhecimento próprio dos mesmos, por visitas feitas, os dados comprovam a viabilidade dos mesmos para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios e região onde estão inseridos.

Como um dos exemplos pesquisados em reportagens e também de conhecimento pessoal, através de visitas já realizadas ao mesmo, temos o assentamento Oito de Junho em Laranjeiras do Sul, no Paraná. O mesmo foi fundado no ano de 1997 e conta com uma cooperativa forte, a Coperjunho, que comercializa produtos de horticultura, derivados do leite e panificação em sua cozinha industrial

O assentamento conta com excelente estrutura física, possuem além da cozinha industrial para panificação, que funciona no barracão comunitário, um laticínio e um laboratório de homeopatia animal, que ganharam da Nestlé.

O assentamento também doou uma área de terras dentro do próprio para ser instalada a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que oferta cursos para

atender a demanda da região, que é a formação de filhos de agricultores familiares.

Houve toda uma discussão entre o MST e outras entidades ligadas ao campo para que se instalasse essa Universidade Federal no local, para que atendesse essa região central e sul do Paraná, carente de cursos voltados para as demandas dos filhos de agricultores familiares. Dessa forma, os cursos da universidade voltam-se para a realidade da região, trabalhando de uma forma diferenciada.

A Coperjunho, cooperativa dos agricultores do assentamento Oito de Junho, também abastece a cantina da universidade com seus produtos, além da feira que realiza semanalmente no assentamento e na sede do município de Laranjeiras do Sul, atendendo a toda a população local, com produtos orgânicos de alta qualidade.

Outro exemplo de assentamento bem-sucedido está no vídeo documentário *A Luta pela Terra* (s.d.) realizado pelo Governo do Estado do Paraná. Localizado no Município de Querência do Norte, através da organização das famílias, os assentados conseguiram êxito trabalhando em sociedade para adquirir maquinários para a lavoura, destacando-se o cultivo de arroz. Também produzem leite orgânico e possuem uma queijaria, com produtos de alta qualidade, para comercialização, a qual é feita por meio de uma cooperativa dos assentados, a COANA, que além da comercialização dos produtos, também presta assistência técnica e jurídica.

Os entrevistados no documentário reforçam em seus depoimentos o preconceito que sofrem pela sociedade. Por onde chegam, principalmente se estão com os símbolos do movimento, como o boné vermelho ou camiseta e também da mídia ao não mostrar os dados da produção dos assentados ou mesmo o seu trabalho. Assim, segundo os assentados, a sociedade não conhece essa realidade, sendo as únicas imagens transmitidas as dos conflitos e as da polícia os despejando.

De acordo com depoimentos, o assentamento trouxe muito desenvolvimento para o município após sua implantação, fazendo o ICMS de Querência do Norte saltar de 500 mil para quase 3 milhões. Dado que comprova como eles são importantes para o desenvolvimento, tanto dos municípios quanto da região onde estão inseridos.

Além de Querência do Norte, o vídeo também mostra um assentamento de Paranacity, onde os agricultores trabalham a propriedade da terra de forma coletiva. Assim, toda a infraestrutura é comum, inclusive o padrão das moradias. Possuem um refeitório para as refeições de todos, um curral para o gado, uma única horta e

toda a produção é comercializada por meio da Cooperativa Agroindustrial Vitória (COPAVI) de Paranacity, na qual as 20 famílias assentadas são sócias.

É um assentamento inovador, pois para economizar energia os assentados trocaram, na fábrica de doces, a eletricidade pela luz solar, criação que teve reconhecimento internacional: no ano de 2000 a cooperativa ganhou o prêmio internacional de inovação tecnológica da Associação dos Engenheiros da Catalúnia, na Espanha.

Para aumentar seus ganhos, os assentados se deslocam até a zona urbana de Kombi, levando sua produção de verduras e panificação para serem comercializados. Tais produtos são saudáveis, sem agrotóxicos, produzidos de forma ecológica. Dessa forma, outra característica importante dos assentamentos é a da preservação do meio ambiente e a busca por um desenvolvimento sustentável. Por esse motivo desenvolvem a agricultura orgânica, livre de agrotóxicos que prejudicam o meio ambiente e a saúde humana.

No Município onde resido, Santa Maria do Oeste, existem dois assentamentos, abrangendo uma grande área de terras e os assentados contribuem muito com o desenvolvimento local, através da produção e comercialização de seus produtos. Diferentemente de quando tais áreas eram fazendas, pois estavam improdutivas, não gerando benefícios e arrecadação para o município e região.

Assim, comprova-se que os assentamentos produzem de forma sustentável e saudável, trazendo renda para as famílias assentadas, qualidade de vida e crescimento econômico para a região onde estão inseridos, ou seja, a Reforma Agrária não é apenas um direito fundamental como também um fator crucial de desenvolvimento. Os movimentos sociais, no caso, o MST, são essenciais para essas conquistas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte da sociedade brasileira percebe os movimentos sociais de forma negativa, vendo seus integrantes como desordeiros, que nada contribuem com a sociedade. Dessa forma há discriminação, por falta de conhecimento das suas ações e os resultados alcançados por eles. Daí a importância de desvelar o que oculta-se principalmente pelos meios de comunicação.

E nesse contexto entra o sociólogo e o professor de Sociologia, já que este é

um tema atual de grande relevância para ser debatido em todos os âmbitos da sociedade. Assim, o profissional de sociologia cujo ofício é o da desconstrução e desnaturalização das relações de poder e de dominação, pode colaborar com a desmistificação dos movimentos sociais, principalmente o MST, por ser um dos mais expressivos no Brasil.

Através desta pesquisa foi possível verificar alguns dos resultados alcançados pela atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta por Reforma Agrária e por justiça social no campo.

As conquistas do movimento são muitas, visto que na prática eles dão resultados muito positivos como a produção, organização e a dignidade das famílias, que passam a ter renda e qualidade de vida, a formação de cooperativas, maior exemplo de solidariedade e união das pessoas.

Porém o projeto da grande mídia de ocultar essas conquistas do movimento é a forma que encontram para que a população não conheça essa realidade e para que não se organizem, a exemplo do MST, para a construção de um mundo melhor. Isso não é interesse das elites, uma população organizada, lutando por seus direitos, pois isso significa tocar nos privilégios que alguns poucos possuem na pirâmide social.

Mas como se viu, através da apresentação dos resultados de alguns assentamentos, é possível sim construir uma sociedade melhor, a partir da luta e organização da sociedade civil. Por isso a importância dos movimentos sociais como exercício de cidadania e democracia, o que se percebe claramente na organização dos assentamentos analisados. Portanto, a reforma agrária é necessária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é fundamental para a conquista da cidadania.

REFERÊNCIAS

AGRICULTURA FAMILIAR. Caminhos da Reportagem. Direção: Nereide Beirão. Produção: Patricia Almeida: TV Brasil, 2013 (9:40 mim)

A LUTA PELA TERRA. Direção: Produção: Marion Rocha de Alencar, Edson Rogério Cardoso, Luciano Rassolini, Querência do Norte, Paraná: VBC Produtora e Finalizadora, Governo do Estado do Paraná. [s.d.] (Vídeo documentário, 24:43 mim)

BALDUÍNO, Thomas. Terra para o alimento não para o lucro. In **Jornal Mundo Jovem**, Editora da PUCRS, Rio Grande do Sul, julho de 2006, p. 12-13.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In **CAMPO-TERRITÓRIO – revista de geografia agrária**, v.1, n.2, p. 123-151, ago, 2006. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33803539/mod_agricola.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1494900287&Signature=SHYOwq9XCGxGVyNMLLcQj1a%2Bj4Q%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DIMPACTOS_DECORRENTES_DA_MODERNIZACAO_DA.pdf, acesso dia 15/05/2017.

BRASIL. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Paraná Centro – PTDRS 2006 – 2010. **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**. /Grupo Gestor do Fórum Territorial de Desenvolvimento Rural Paraná Centro – FTDRPC. Pitanga: FTDRPC, 2006.

BRASIL,. Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/AF-Censo-2006-MDA.pdf>, acesso dia 15/05/2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. **Senado Federal**. Brasília: Secretaria Especial de Editoriação e Publicações, 2010.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 440 p.

FRANZEN, D. M. Movimentos sociais, um exercício de democracia. In **Jornal Mundo Jovem**, Editora da PUCRS, Rio Grande do Sul, novembro de 2005, p. 11.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm. Acesso em 19/05/2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar.

Primeiros resultados. Brasil grandes regiões e unidades da federação. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf, acesso dia 15/05/17.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo, Ática, 1987.

_____. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PILÃO, V. Movimentos Sociais. In **Sociologia/vários autores**. – Curitiba: SEED-PR, 2006.

PORTELLA, F.; FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária**. Série Viagem pela Geografia síntese geográfica. São Paulo: Ática, 1998.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad1538f3aef538/E%20book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>, acesso dia 18/05/2018

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1980.

SURGE O MST. Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>, acesso dai 18/05/2018, acesso dia 18/05/2018.